

# Mineração Caraíba S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdos

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

## Relatório da administração

O ano de 2020 sem dúvidas foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou a maioria das empresas em escala mundial. Direta ou indiretamente todas as empresas tiveram algum impacto em suas operações, seja por interrupções na sua produção, alterações na sua cadeia de suprimentos ou mesmo readequação das suas atividades para mitigar os riscos trazidos por essa pandemia.

Após 2 meses de operações normais em 2020 (janeiro e fevereiro), a partir de março, com o aumento do contágio pelo vírus e pela ação da OMS tratando o vírus como uma pandemia, a empresa precisou tomar uma série de medidas para ajustar suas operações e proporcionar segurança para todos seus funcionários.

As operações de mineração foram consideradas essências pelo governo. A empresa criou então um comitê de gerenciamento da COVID que deliberou várias ações para assegurar a continuidade das operações: aquisição de testes rápidos, protocolos de testagem e isolamento, aquisição de EPI's específicos, aumento do número de ônibus, escalonamento de horários de turnos, doação de EPIs e testes para as prefeituras locais, enfim, várias medidas para assegurar o funcionamento normal e com segurança das atividades da empresa.

Paralelamente, de forma a assegurar sua cadeia de suprimentos e a manutenção de suas atividades mesmo com uma potencial queda nas vendas, a empresa aumentou o estoque de alguns produtos intermediários de maior consumo, bem como captou recursos disponíveis em suas linhas de stand by, de forma a reforçar seu caixa em momentos de incerteza. Felizmente ao final do ano, apesar das dificuldades enfrentadas, a empresa pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 42.800 toneladas de cobre contido, alinhada com seu planejamento realizado ao final de 2019.

O mercado consumidor de concentrado de cobre se mostrou aquecido. A interrupção da produção por conta dos efeitos da COVID 19 em algumas minas do Chile e do Peru, grandes produtores de cobre, diminuíram a oferta do produto, no momento em que a demanda já se mostrava em recuperação por conta da retomada das atividades industriais na China e Europa. Continuando a tendência de diversificação das suas vendas, a empresa vendeu 83.395 toneladas de cobre no mercado interno (66% do total de suas vendas), e 43.611 toneladas de cobre no mercado externo (34% do total de suas vendas). Os embarques dos produtos exportados sofreram alguns atrasos por conta da disponibilidade de navios, reduzida por conta da pandemia, mas sem afetar o volume de vendas programado.

Ao final do ano, os preços do cobre no mercado internacional tiveram significativa recuperação, compensando os baixos preços observados no início da pandemia. Esse preço, juntamente com as cotações do dólar, permitiram que a empresa superasse suas previsões iniciais em termos de faturamento e geração de caixa. Essa performance permitiu que em dezembro a empresa amortizasse suas linhas de empréstimos stand by, captadas durante a pandemia e ainda mantivesse boa liquidez em seu caixa.

Apesar das dificuldades logísticas e de proteção aos funcionários, a Companhia continuou seu plano de pesquisas geológicas, realizando sondagens em seus depósitos em exploração (Mina subterrânea de Pilar e Mina Subterrânea de Vermelhos), bem como suas pesquisas regionais ao longo do Vale do Curaça. Ao longo de 2020, foram investidos R\$ 117.220 milhões, o que permitiu realizar 220.000 metros de sondagem geológica. De acordo com Technical Report concluído em outubro de 2020, o volume de reservas da Companhia atingiu 394 milhões de toneladas (32,2% de aumento em relação ao relatório anterior). Esses números permitiram estender a vida útil da empresa para 2033.

A empresa continua atenta as demandas adicionais trazidas pela pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Nossas ações continuam sendo pautadas por 3 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade de nossas operações; preservação do nosso caixa. E continuamos seguindo nosso planejamento a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido mitigar os riscos e crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e clientes. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por um ano atípico e bastante desafiador.



KPMG Auditores Independentes  
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar  
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores  
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres  
41820-021 - Salvador/BA - Brasil  
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil  
Telefone +55 (71) 3273-7350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da  
Mineração Caraíba S.A  
*Jaguarari - BA*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Caraíba S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Caraíba S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7



Douglas Lobosco Morette  
Contador CRC SP-250829/O-0

## Mineração Caraíba S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Notes	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	102.615	77.353	Fornecedores	16	66.626	74.623
Contas a receber de clientes	8	93.479	30.831	Empréstimos e financiamentos	17	192.882	123.839
Estoques	9	103.407	56.544	Salários, encargos e contribuições sociais	18	40.104	34.946
Impostos a recuperar	10	57.187	57.024	Obrigações tributárias	19	48.347	43.218
Outros créditos e despesas antecipadas	11	18.159	29.811	Instrumentos financeiros derivativos a pagar	32	131.030	103
Dividendos a Receber		1.115	1.115	Participação nos resultados	20	23.105	22.944
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>375.962</b>	<b>252.678</b>	Dividendos a pagar	24.d	4.646	4.646
<b>Não circulante</b>				Parcelamentos de débitos previdenciários	21	7.408	7.305
Aplicações financeiras	12	418	4.128	Adiantamentos de clientes		-	2
Impostos a recuperar	10	-	24.902	Outras contas a pagar		13.730	16.456
Depósitos judiciais	23.c	2.212	4.152	Passivo de Arrendamentos	14.c	2.983	7.868
Imposto de Renda Diferido Ativo	30.c	92.631	76.003	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>530.861</b>	<b>335.950</b>
Investimentos em controladas	13	20	197.748	<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	14	1.530.543	1.196.036	Empréstimos e financiamentos	17	600.250	717.321
Intangível	15	99.109	97.234	Participação nos resultados	20	2.257	3.140
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.724.933</b>	<b>1.600.203</b>	Parcelamentos de débitos previdenciários	21	14.330	24.166
				Instrumentos financeiros derivativos a pagar	32	45.981	84
				Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	22	85.406	97.987
				Provisão para perdas com processos judiciais	23	11.420	11.412
				Passivo de Arrendamento	14.c	767	590
				Outras contas a pagar		5.037	3.325
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>765.448</b>	<b>858.025</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	24		
				Capital social		314.843	314.843
				Reservas de capital		367	367
				Reservas de lucros		489.376	343.696
				<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>804.586</b>	<b>658.906</b>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>804.586</b>	<b>658.906</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.100.895</b>	<b>1.852.881</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.100.895</b>	<b>1.852.881</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Mineração Caraíba S.A.

## Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	25	1.344.786	971.192
Custo das vendas	26	<u>(547.491)</u>	<u>(517.411)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>797.295</u>	<u>453.781</u>
Despesas com vendas	26	(25.447)	(19.573)
Despesas gerais e administrativas	26	(84.892)	(85.775)
Outras receitas	27	55.534	99.527
Outras despesas	27	<u>(19.958)</u>	<u>(9.826)</u>
<b>Resultado antes das (despesas) receitas financeiras</b>		<u>722.532</u>	<u>438.134</u>
Receitas financeiras	28	306.712	185.101
Despesas financeiras	28	<u>(886.100)</u>	<u>(289.331)</u>
<b>(Despesas) receitas financeiras líquidas</b>		<u>(579.388)</u>	<u>(104.230)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	13(b)	<u>12.287</u>	<u>190.499</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>155.431</u>	<u>524.403</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	(26.377)	(35.442)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	<u>16.627</u>	<u>114.391</u>
<b>Lucro do exercício</b>		<u>145.681</u>	<u>603.352</u>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	31	<u>0,001</u>	<u>0,044</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Mineração Caraíba S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Lucro do exercício</b>	145.681	603.352
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>145.681</u></u>	<u><u>603.352</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Mineração Caraíba S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Valor Justo Reserva de Lucros	Perda de Transações de Capital	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido
			Legal	Incentivos Fiscais	Expansão				
<b>Saldos em 1° de janeiro de 2019</b>	<u>314.843</u>	<u>367</u>	-	-	-	<u>206.054</u>	<u>(67.373)</u>	<u>(388.615)</u>	<u>65.276</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	603.352	603.352
Reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	-	99.300	-	-	-	(99.300)	-
Reserva de incentivo fiscal - outras movimentações	-	-	-	872	-	-	-	-	872
Destinação Reserva Legal	-	-	6.204	-	-	-	-	(6.204)	-
Destinação dos dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.646)	(4.646)
Proposta de constituição de reserva para Expansão (Retenção de Lucros)	-	-	-	-	104.587	-	-	(104.587)	-
Ajuste valor justo empréstimo Nota A e B	-	-	-	-	-	(5.948)	-	-	(5.948)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<u>314.843</u>	<u>367</u>	<u>6.204</u>	<u>100.172</u>	<u>104.587</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>-</u>	<u>658.906</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	145.680	145.680
Reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	-	161.674	(23.278)	-	-	(138.396)	-
Destinação de reserva legal	-	-	7.284	-	-	-	-	(7.284)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<u>314.843</u>	<u>367</u>	<u>13.488</u>	<u>261.846</u>	<u>81.309</u>	<u>200.106</u>	<u>(67.373)</u>	<u>-</u>	<u>804.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Mineração Caraíba S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Lucro do exercício</b>	145.681	603.352
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação, amortização e exaustão	166.598	140.686
Ajuste de preços provisórios de venda	(11.511)	-
Baixa de ativo imobilizado	19.363	11.436
Ganho na Venda de Investimento	(15.991)	-
Provisão para perdas em demandas judiciais	8	(2.963)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	1.050	828
Provisão IRRF - Juros a Remeter	949	-
Participação nos Resultados	22.608	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(16.627)	(114.391)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.377	35.443
Resultado na equivalência Patrimonial	(12.287)	(190.499)
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização	3.282	9.822
Crédito de PIS e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo/Outros créditos	(39.312)	(89.897)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	567.701	104.152
	<u>857.889</u>	<u>507.969</u>
<b>Variações em:</b>		
Contas a receber de clientes	(44.685)	(3.251)
Estoques	(28.670)	(18.897)
Impostos a recuperar	-	5.945
Outros créditos e despesas antecipadas	11.653	(17.899)
Depósitos judiciais	1.958	254
Fornecedores	112.287	9.884
Salários, encargos e contribuições sociais	36.410	2.449
Obrigações tributárias	43.241	3.419
Participação nos lucros	(54.583)	18.916
Parcelamentos de débitos previdenciários	(10.850)	3.446
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	20.138	5.395
Pagamento de Recuperação Ambiental	(5.111)	(4.765)
	<u>939.677</u>	<u>512.865</u>
<b>Caixa (utilizado nas) fornecido pelas operações</b>	939.677	512.865
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(12.312)
Juros Recebidos	716	-
Juros Pagos	(15.820)	(9.210)
	<u>924.573</u>	<u>491.343</u>
<b>Caixa líquido fornecido pelas atividades operacionais</b>	924.573	491.343
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	3.947	(1.308)
Adições ao imobilizado	(544.228)	(402.067)
Adições ao intangível	(1.082)	(3.402)
	<u>(541.363)</u>	<u>(406.777)</u>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento</b>	(541.363)	(406.777)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos com empresa ligada, líquidos	(7.572)	(2.745)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos e debêntures	147.357	178.671
Amortização de empréstimos e financiamentos	(480.305)	(218.573)
Pagamentos de Arrendamentos	(13.692)	(10.233)
Recursos provenientes da Liquidação de Derivativos	(1.887)	-
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	-	(7.350)
	<u>(356.099)</u>	<u>(60.230)</u>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	(356.099)	(60.230)
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	27.111	24.336
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	77.353	57.005
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(1.849)	(3.988)
	<u>102.615</u>	<u>77.353</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>102.615</u>	<u>77.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Mineração Caraíba S.A. ("Companhia" ou "MCSA") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Fazenda Caraíba, Distrito de Pilar, no município de Jaguarari, Estado da Bahia, Brasil. A atividade predominante da MCSA é a produção e venda de concentrado de cobre da Vale do Curaçá, com ouro e prata produzidos e vendidos como subprodutos. A propriedade Vale do Curaçá é localizado no Vale do Curaçá, próximo ao município de Jaguarari, no norte do estado da Bahia, Brasil, e inclui operações de processamento totalmente integradas, duas minas ativas e quatro minas de produção inativas. As operações ativas incluem a Mina da Caraíba, composta pela Mina Pilar subterrânea ("Pilar UG Mine") e Usina da Caraíba integrada e a mina de Vermelhos ("Vermelhos UG Mine"). As operações de produção inativa incluem as históricas minas a céu aberto de R22W ("R22W Mine"), os Angicos ("Angicos Mine"), Suçuarana ("Suçuarana Mine") e a Mina Surubim a céu aberto ("Surubim OP Mine"). A propriedade Boa Esperança é localizado no município de Tucumã, na região sudeste do estado do Pará, Brasil, e consiste em um concessão mineral única cobrindo uma área de 4.033,81 hectares ("ha").

Em agosto de 2017, a Companhia adquiriu controle da NX Gold S.A. ("NX Gold"), através de um aumento de capital, passando a deter aproximadamente 96,6% do seu capital. A NX Gold é uma Companhia brasileira de mineração de ouro focada na exploração e comercialização de ouro como seu principal produto e prata como seu subproduto. O NX Gold possui uma propriedade de aproximadamente 31.730,3 ha, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado de Mato Grosso, consistindo de uma única concessão de mineração cobrindo uma área de 620 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem.

Em Maio de 2020 vendeu o controle da NX Gold S.A para sua controladora ERO 2020, a empresa Copper Corporation. A transação, considerando a sua totalidade foi avaliada em R\$ 233.804 milhões, porém, o valor de compra foi de R\$ 226.006 milhões feita com a transferência das ações de propriedade da Companhia, tendo como contrapartida a amortização do envidamento mantida com a empresa controladora (amortização do contrato de mútuo). A empresa mantém atualmente somente um contato de compartilhamento de serviços com a empresa NXGold. A Companhia não tem obrigações relacionadas a NX Gold, tendo apenas a prestação de serviço da área suporte como relacionamento entre as empresas.

Para o exercício de 2020, estamos apresentando as demonstrações financeiras de forma individual uma vez que a controladora NX Gold S.A. não é mais consolidada no exercício de 2020. Com isso, acreditamos que as demonstrações financeiras, incluindo comparativas, devem ser apresentadas como demonstrações financeiras não consolidadas - ou seja, demonstrações financeiras individuais ou separadas.

**a. Crise sanitária (COVID-19)**

O avanço do novo coronavírus (“COVID-19”) pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto da pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, aumentando o risco de uma recessão global, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial.

No enfrentamento de potenciais efeitos do COVID- 19, a empresa constituiu um comitê pra gerenciamento dessa questão, que através de reuniões diárias, definem ações a serem adotadas pela empresa. Todas ações têm sido direcionadas baseadas no seguinte tripé: garantia da saúde dos funcionários, famílias e comunidade, garantia da produção e preservação do caixa.

A Companhia tem adotando medidas para aumento de sua liquidez, revisão de projetos de investimentos e aquisição de estoques estratégicos para maior segurança na continuidade de sua operação. Essas medidas, em adição as ações específicas de combate ao COVID 19, constituem o plano de ação da empresa em relação a esse tema. Até a data emissão desse relatório, não houve nenhuma perda de produção ou redução das vendas decorrentes do coronavirus.

Apesar de vários impactos na economia, com impactos em várias cadeias de suprimento, a companhia não teve alterações nos custos de forma relevante para o período. O minério lavrado continua vindo das duas fontes atuais: Mina subterrânea de Pilar e Mina de Vermelhos e a produção do período não sofreu alterações nem apresentou problemas em relação ao planejamento constante no Budget e aprovado pelo conselho.

## **2 Base de Preparação**

**a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de junho de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo conforme especificação em contrário.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração da Companhia utilize determinadas estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos. Essas estimativas baseiam-se no conhecimento e nas informações mais confiáveis à disposição na data do balanço patrimonial. Mudanças em fatos e circunstâncias podem acarretar a revisão dessas estimativas. Os resultados futuros reais podem divergir das estimativas.

### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Notas 16 e 17** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis subjacentes do ativo imobilizado e custos de desenvolvimento registrados no ativo intangível; e

**Nota 24** - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

**Nota 25** - reconhecimento e mensuração de provisão e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.

**Nota 32** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e

**Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos podem ser encontradas na Nota 34 - Instrumentos Financeiros.

## **5 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

### **a. Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina o CPC 47/IFRS15. O Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Eventuais faturas emitidas que não foram aceitas nas dependências do cliente são estornadas. Ajustes de câmbio e qualidade são realizados ao longo do mês, de modo que ao fim de cada mês, os valores de contas a receber e vendas sejam finais, conforme reza contrato entre as partes.

### **b. Subvenções governamentais**

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições da IAS (Norma Internacional de Contabilidade) 20 - Subvenção e Assistência governamentais.

#### **(i) Incentivo *DESENVOLVE***

A Companhia goza do benefício fiscal existente no estado da Bahia denominado “DESENVOLVE”, que consiste do diferimento dos valores devidos de ICMS por um prazo de 12 meses. A Companhia tem a opção de efetuar o pagamento antecipado dos valores devidos, sem vencimento predeterminado, obtendo uma redução relativa ao concentrado de cobre de até 81% do ICMS devido. A parcela do incentivo é contabilizada contra a despesa de ICMS quando do recolhimento dos valores devidos, a qual é demonstrada como redução da receita operacional bruta.

A Companhia goza ainda de redução da base de cálculo do ICMS, de modo que as saídas de concentrado de cobre estão sujeitas ao recolhimento de ICMS no percentual de 12%. Também, é calculado o crédito presumido sobre o montante do ICMS apurado nas vendas de concentrado de cobre, equivalente a 33,33% do total do débito do referido imposto. A parcela do incentivo é contabilizada contra a despesa de ICMS, a qual é demonstrada como redução da receita operacional bruta.



**(ii) Incentivos SUDENE - Lucro da exploração**

A Companhia goza de benefícios de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. A Companhia possui benefício entre os exercícios fiscais de 2018 a 2027. Os benefícios são calculados com base no lucro da exploração, em conformidade com as regulamentações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, aplicáveis para a Companhia.

**c. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras incluem: variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

**d. Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**e. Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

**f. Impostos sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240,00 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, observando-se a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. Conforme explicado na nota 24.b.i e nota 30.b, a Companhia tem incentivos fiscais sobre o Imposto de renda.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício e qualquer ajuste nos impostos a pagar ou a recuperar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto corrente a pagar ou a recuperar é mensurado pela melhor estimativa do valor de imposto que se espera pagar ou recuperar, correspondente à incerteza relativa aos impostos de renda, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data da apresentação.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se atendidos determinados critérios.

**(ii) Imposto diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**g. Estoque**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

**h. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

**(ii) Custos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

**(iii) Desenvolvimento e construção em andamento**

Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovado, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (*impairment*), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado.

Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos.

Custos de pré-produção de remover a sobrecarga para acessar o minério nas minas a céu aberto e desenvolver o acessos superiores das minas subterrâneas são capitalizados como custos de material estéril ou desenvolvimento de pré-produção, respectivamente, e estão incluídos nas propriedades, instalações e equipamentos minerais. Receitas auferidas durante o período de pré-produção também são capitalizados.

**(iv) *Custo de decapagem e desenvolvimento na fase de produção***

Onde as atividades de decapagem de produção a céu aberto ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a actividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para imóveis ou obras em andamento. Esses custos são depreciados com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído. Para minas a céu aberto, os custos de decapagem são capitalizados em propriedades minerais ou construção em andamento até que uma taxa média de extração seja alcançada (resíduo / minério) para a mina. Após o alcance dessa taxa, todos os custos de decapagem são classificados como custos de produção. Os custos de decapagem capitalizados são depreciados de acordo com a vida útil das reservas minerais acessadas pela atividade de extração.

**(v) *Recuperação ambiental e custos de descomissionamento***

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados.

**(vi) *Propriedades minerais***

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível (Nota 15) para o Imobilizado (Nota 14) quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

**(vii) *Depreciação e exaustão***

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os anos correntes e comparativos são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Edifícios	22
Instalações	7
Equipamentos	4-5
Propriedades minerais	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	10 anos

A exaustão de recuperação ambiental e desmobilização de jazidas de minérios é apurada com base no quociente entre a produção e o total de reservas de minérios comprovadas e prováveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou indicativos para perda por valor recuperável de ativo imobilizado ou intangível. Porém, no ano de 2020 houve reversão de impairment de alguns ativos da filial Oxidado, pelo fato de ser necessário a baixa desses após o inventário feito pela empresa Afixcode. O detalhamento dos valores podemos ver na nota explicativa 14 - Imobilizado, item “b” – Reversão do Impairment.

#### **i. Ativos intangíveis**

##### **(i) Ativos de exploração e avaliação**

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizados como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter o direitos legal sobre a mina são despesados imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a IFRS 6.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

##### **(ii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 4 anos.

**j. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando A Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.

Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 34 para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

**Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros de VJORA, assim como instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos Financeiros a VJR e a custo amortizado

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**k. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor Companhia de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).



O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

#### **I. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

##### **(i) Participação nos resultados**

Reconhecida no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

##### **(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos**

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

##### **(iii) Perdas com processos judiciais**

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

**m. ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas em Relação a Tratamentos Fiscais**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A IFRIC 23/ICPC 22 entrou em vigor para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se uma entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente, (ii) as premissas que uma entidade pondera sobre a avaliação de tratamentos fiscais pelas autoridades tributárias e (iii) como uma entidade determina o lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos não utilizados e alíquotas tributárias.

A interpretação deve ser aplicada à determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributáveis, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas tributárias, quando houver incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda de acordo com o CPC 32 /IAS 12.

De acordo com a IFRIC 23, a avaliação chave é se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento tributário escolhido pela empresa.

A IFRIC 23 explica como reconhecer e medir os impostos diferidos e correntes, quando existe incerteza sobre um tratamento fiscal.

Um tratamento fiscal incerto é qualquer tratamento fiscal aplicado por uma entidade onde existir incerteza sobre se ele será aceito ou não pela autoridade fiscal.

A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão dessa, baseando-se nos seguintes critérios:

- a) valor mais provável; ou
- b) no valor esperado.

A Interpretação também exige que as empresas reavaliem os julgamentos e as estimativas aplicadas; se os fatos e as circunstâncias mudaram; se houveram mudanças nas regras tributárias, ou se houve expiração do direito tributário.

Cada tratamento fiscal incerto é considerado separadamente ou em conjunto como um Companhia, dependendo de qual abordagem prevê melhor a resolução da incerteza.

Os fatores que uma entidade pode considerar para fazer essa determinação incluem:

- a) como se prepara e se defende o tratamento tributário, e
- b) a abordagem que espera que a autoridade fiscal tome durante um exame.

Uma entidade é obrigada a assumir que uma autoridade fiscal, com o direito de examinar e desafiar tratamentos fiscais, irá examinar esses tratamentos e ter pleno conhecimento de toda informação relacionada. O risco de detecção não é considerado no reconhecimento e medição de tratamentos fiscais incertos.

Se uma entidade concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite um tratamento fiscal incerto, deve determinar a contabilização do imposto de renda consistentemente com aquele tratamento tributário. Se uma entidade concluir que não é provável que o tratamento seja aceito, deve refletir o efeito da incerteza na contabilização do imposto de renda no período em essa determinação é feita.

A entidade deve medir o impacto da incerteza usando o método que melhor prediz a resolução da incerteza (quantia provável ou valor esperado).

Tratamos de temas que, do ponto de vista da Administração, a legislação, com base na jurisprudência administrativa ou judicial, inclusive com base nos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Superior Tribunal de Justiça (STJ), última instâncias recursal dos contribuintes, a depender da matéria, admitem interpretação.

Todos esses temas são acompanhados periodicamente pela Administração, juntamente com seus assessores externos.

## **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras..

### **(i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

### **(ii) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa.

As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

**(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa**

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

**(ii) Contabilidade de hedge**

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um Companhia de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do Companhia é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subCompanhias com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Outras normas ou interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60

Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldos bancários	76.113	26.476
Aplicações de curto prazo (a)	<u>26.502</u>	<u>50.877</u>
	<b><u>102.615</u></b>	<b><u>77.353</u></b>

- (a) Referem-se a certificados de depósito, remunerados a taxas que variam entre 65% e 114% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, com vencimento de até três meses ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros está divulgada na nota explicativa nº 32.

## 8 Contas a receber de clientes

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Paranapanema S.A.	64.003	18.182
IXM	28.802	12.593
Outros	<u>674</u>	<u>56</u>
	<b><u>93.479</u></b>	<b><u>30.831</u></b>

Parte substancial do contas a receber de clientes está centralizada na Paranapanema S.A. e na IXM (exportação). Portanto, a Companhia está significativamente subordinada às transações desses clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outras contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 32.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Nesta análise a Companhia realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente, o que resultou em perdas de créditos imateriais.

## 9 Estoque

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Insumos de produção (a)	62.345	40.856
Produtos em elaboração	45.754	19.022
Produtos acabados	57	45
Materiais em poder de terceiros	<u>5</u>	<u>326</u>
	108.161	60.249
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(4.754)</u>	<u>(3.704)</u>
	<b><u>103.407</u></b>	<b><u>56.545</u></b>

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção obsoletos e/ou de baixa movimentação na data de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
(3.704)	(1.141)	91	(4.754)

A composição do custo dos produtos vendidos está divulgada na Nota 26.

## 10 Impostos a recuperar

	2020	2019
ICMS a recuperar (imposto sobre vendas) (i)	388	724
PIS a recuperar (i) (a)	6.175	1.177
COFINS a recuperar (i) (a)	49.324	79.278
Imposto retido na fonte (IRRF)	159	118
Imposto de Renda pago antecipadamente (IRPJ)	464	-
Outros	677	628
	<u>57.187</u>	<u>81.925</u>
Circulante	57.187	57.024
Não circulante	-	24.902
	<u>57.187</u>	<u>81.926</u>

- (i) Refere-se a crédito de impostos relativos compra de materiais para produção, além de créditos extemporâneos, conforme explicado a seguir.

### a. Créditos tributários

Em 5 de julho de 2019, a Companhia obteve trânsito em julgado referente a ação tributária movida pela Companhia e sua controlada contestando a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de avaliação do PIS e da COFINS. Após o trânsito em julgado da ação a Companhia ingressou com o pedido de habilitação junto a Receita Federal do Brasil (RFB) para utilização do referido crédito, tendo sido homologado em 30 de agosto de 2019 e publicado em 2 de setembro de 2019. Diante do deferimento junto a RFB, assim como judicialmente, a Companhia registrou os seguintes tais créditos tributários cujo saldo não realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

CREDITOS TRIBUTARIOS	2020	2019
Exclusão ICMS Base de Calculo Pis e Cofins		
PIS	-	16.026
COFINS	20.874	73.871
	<u>20.874</u>	<u>89.897</u>

Em 2020, a Companhia realizou levantamento de oportunidades de economia tributária, com foco em documentos fiscais de aquisição, considerando as despesas incorridas, nas apurações e obrigações acessórias, além das demonstrações e documentos contábeis, relativos ao controle de créditos de débitos do Pis e da COFINS da companhia, em conjunto com uma análise detalhada do processo produtivo, e com o propósito de apontar eventuais despesas que, à luz da legislação federal, LEI N° 10.637/2002 e Lei n° 10.833/2003, empregando-se também dos conceitos trazidos recentes julgados dos Tribunais Regionais Federais e superiores, das decisões exaradas pelo CARF e dos posicionamentos da RFB e da PGFN, que poderiam ter créditos apropriados relativos as contribuições em questão.

A revisão compreendeu o período de Setembro de 2015 a Setembro de 2020 e em Outubro de 2020 a companhia registrou tais créditos tributários cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Revisão Fiscal 2020	<b>2020</b>
PIS	6.791
COFINS	31.280
	<b>38.071</b>

**b. Utilização dos créditos tributários**

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto e longo prazo de acordo com a expectativa de realização. Os créditos tributários descritos na nota (a) acima, foram realizados mediante a compensação com débitos de PIS e COFINS, bem como na compensação com outros impostos federais.

**11 Outros créditos e despesas antecipadas**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Adiantamento a fornecedores	1.699	3.405
Despesas antecipadas (a)	6.912	8.647
Adiantamentos a empregados (b)	8.813	10.484
Seguros	22	7.174
Outros	713	101
	<b>18.159</b>	<b>29.811</b>

- (a) Refere-se substancialmente a: (i) valores de antecipação de despesas com eletricidade pagas à CHESF, de acordo com a Ordem Executiva Provisória 677 de 22 de junho de 2015, que foram posteriormente descontadas do fornecimento de eletricidade de 2016, que se prevê continuar até 2021; e (ii) despesas de contratação de seguro pagas antecipadamente.
- (b) Referente à adiantamento de uma remuneração a título de Participação nos Resultados.

## 12 Aplicações financeiras

	2020	2019
Aplicação CDI - BNB - Juazeiro	418	407
Aplicação CDI - BNB - Reinvestimento	-	3.721
	<b>418</b>	<b>4.128</b>

A Companhia fez uso de um benefício fiscal por meio de uma aplicação financeira na qual 30% do IR devido no período pode ser utilizado para investimento em ativos fixos da Companhia e este valor depositado retornaria para a Companhia no futuro. As aplicações financeiras listadas acima são atualizadas com base na Taxa Extramercado do Banco Central (em torno de 95% da SELIC).

Durante o ano de 2020, houve a liberação dos recursos de reinvestimento, alocados no banco BNB.

## 13 Investimentos em controladas

### a. Informações das Investidas

	2020			2019		
	Número de ações	Participações no capital	Patrimônio líquido da investida	Número de ações	Participações no capital	Patrimônio líquido da investida
NX Gold (a)	-	-	-	1.938.143.830	96,63%	-
MBE (b)	20.003	100,00%	20	20.003	100,00%	20

A NX Gold S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede social na Avenida Niemeyer 2, Sala 208 - Parte - Rio de Janeiro. A Companhia tem uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea da NX Gold. A principal atividade da NX Gold é a exploração e comercialização de ouro e prata (prata como subproduto). Em agosto de 2017, a MCSA adquiriu o controle da NX Gold, entidade do Companhia controlador, por meio da conversão de um empréstimo intercompanhia existente entre as partes, o que levou à aquisição de 96,63% do capital social. A Companhia contratou um consultor externo não relacionado para determinar o preço das ações para apoiar o processo de aumento de capital. O Laudo de avaliação foi concluído em maio de 2017 e o cálculo do preço das ações foi de R\$ 0,01 por ação.

Em 2020, a MCSA transferiu a totalidade de suas ações detidas na companhia NX GOLD para a sua acionista majoritária, a empresa Ero Copper Corp, sociedade com sede no Canadá, inscrita no CNPJ sob o nº 26.671.304/0001-74 ("Ero Copper"), como pagamento de parte do seu endividamento com sua controladora. Ato contínuo, a Ero Copper, transferiu as ações e o controle da NX Gold para sua subsidiária integral, Ero Gold Corp. ("Ero Gold"), inscrita no CNPJ sob o nº 36.719.504/0001-03, permanecendo, portanto, o controle da NX Gold dentro do mesmo grupo Econômico.

A Mineração Boa Esperança S.A. ("MBE") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2009, com sede no Brasil. A MBE tem o objetivo social de explorar jazidas minerais, incluindo pesquisa, mineração, processamento, transporte, comercialização e industrialização de substâncias minerais e seus derivados, podendo estender suas atividades à importação e exportação de tais substâncias e derivados e à prestação de serviços em atividades relacionadas, exercer, no país ou no exterior, outras atividades que possam afetar direta ou indiretamente a realização de seu objeto social, bem como participar, em qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujo objeto social esteja direta ou indiretamente ligado, seja acessório ou instrumental ao seu objeto social. Desde a data de constituição, a MBE é e continua a ser uma Companhia não operacional.



**b. Movimentação dos investimentos**

Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora:

	Controladora				
	Ativo não circulante			Passivo não circulante	Patrimônio Líquido (a)
	NX Gold (b)	MBE	Total	NX Gold	NX Gold
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>8.344</b>	<b>20</b>	<b>8.364</b>	-	<b>(67.373)</b>
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	190.499	-	190.499	-	-
Dividendos a receber	(1.115)	-	(1.115)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>197.728</b>	<b>20</b>	<b>197.748</b>	-	<b>(67.373)</b>
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	12.287	-	12.287	-	-
Baixa pela venda Investimento em NX	(210.015)	-	(210.015)	-	67.373
Dividendos a receber	-	<b>20</b>	<b>20</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	-	-

(a) Representa o valor pago em excesso dos ativos líquidos da NX Gold ao adquirir uma participação através de uma operação de conversão de empréstimos em capital de agosto de 2017.

(b) A Companhia efetuou uma reestruturação societária com seu controlador ERO Copper, na qual as ações da NX Gold foram adquiridas, através da quitação de dívidas, conforme nota explicativa 1.

**c. Baixa do investimento em NX Gold**

Em 29 de maio de 2020, a Ero Copper utilizou-se de seu crédito de longo prazo contra a Companhia para adquirir os 96,6% sobre as ações de sua então controlada, NX Gold S.A., no valor de R\$ 226.006, liquidando assim, a participação da Companhia com a antiga controlada.

<b>Baixa do Investimento em NX Gold</b>	<b>31/12/2020</b>
Receita com Venda do Investimento em NX Gold	226.006
Custo Investimento NX Gold	(210.015)
<b>Ganho apurado</b>	<b>15.991</b>

## 14 Imobilizado

### a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos	Jazida de Minério	Recup. ambiental e desmobil. de ativos	Projetos em andamento	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.044</b>	<b>8.092</b>	<b>237.373</b>	<b>459.388</b>	<b>41.951</b>	<b>160.903</b>	<b>19.534</b>	<b>929.285</b>
Reconhec. inicial do direito de uso CPC 06(R2)/IFRS 16	-	228	7.871	-	-	-	-	8.099
<b>Saldo Ajustado CPC 06 (R2) IFRS 16 1 de janeiro de 2019</b>	<b>2.044</b>	<b>8.320</b>	<b>245.244</b>	<b>459.388</b>	<b>41.951</b>	<b>160.903</b>	<b>19.534</b>	<b>937.384</b>
Adições	-	-	57.532	-	7.054	254.149	90.386	409.121
Alienações	-	-	(367)	-	-	(5.369)	(5.700)	(11.436)
Transferências	-	9.378	64.828	189.075	-	(183.164)	(83.555)	(3.438)
Depreciação	-	(596)	(46.542)	(83.425)	(4.298)	-	(734)	(135.595)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.044</b>	<b>17.102</b>	<b>320.695</b>	<b>565.038</b>	<b>44.707</b>	<b>226.519</b>	<b>19.931</b>	<b>1.196.036</b>
Custos	2.044	24.528	628.877	989.214	64.062	226.519	25.222	1.960.466
Depreciação acumulada	-	(7.426)	(308.182)	(424.176)	(19.355)	-	(5.291)	(764.430)
<b>Saldo Ajustado CPC 06 (R2) IFRS 16 1 de janeiro de 2020</b>	<b>2.044</b>	<b>17.102</b>	<b>320.695</b>	<b>565.038</b>	<b>44.707</b>	<b>226.519</b>	<b>19.931</b>	<b>1.196.036</b>
Adições	30	689	58.137	-	-	394.721	93.492	547.069
Alienações	-	-	(84.221)	-	(11.027)	(5.134)	(2.774)	(103.156)
Transferências	-	5.989	94.294	279.279	-	(309.209)	(79.218)	(8.865)
Depreciação	-	(1.409)	6.339	(100.636)	(5.288)	-	453	(100.541)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.074</b>	<b>22.371</b>	<b>395.244</b>	<b>743.681</b>	<b>28.392</b>	<b>306.897</b>	<b>31.884</b>	<b>1.530.543</b>
Custos	2.074	31.206	697.087	1.268.493	53.035	306.897	36.722	2.395.514
Depreciação acumulada	-	(8.835)	(301.843)	(524.812)	(24.643)	-	(4.838)	(864.971)

Projetos em andamento são projetos para melhoria de processos operacionais e administrativos. Depois de concluídos, os saldos são reclassificados para as contas apropriadas do ativo imobilizado e são depreciados ou amortizados com base na vida útil esperada de cada projeto.

Algumas propriedades dos ativos imobilizados, como equipamentos foram dados em garantia de dívidas, conforme nota explicativa 17.

**b. Reversão Impairment**

A Companhia devido ao inventário do Ativo Imobilizado realizado ao final de 2020, observou a necessidade de baixar alguns ativos da sua unidade de negócios conhecida por comercializar minério Oxidado a qual encontra-se desativada. Os Ativos referentes a essa unidade de negócio foram reduzidos ao valor recuperável (*impairment*) no ano de 2014.

Em 31 de dezembro de 2020, por consequência do inventário realizado mencionado acima foi revertido de forma parcial o impairment tendo em vista a baixa dos respectivos ativos a companhia. A composição da referida reversão está assim demonstrada:

	Saldo Inicial	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Outros	Saldo Final
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	24.150	-	738	-	-	62	23.350

### **Revisão da vida útil**

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis que serão adotadas pela Companhia a partir de 2021:

	<b>Anos</b>
Edifícios	25
Instalações	10
Equipamentos	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	10 anos

**c. Contratos de Arrendamento**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 3.647 (R\$ 8.099 em 2019) relacionados a imóveis e equipamentos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento e são apresentados como ativo imobilizado. Em 2020 estava encerrando-se o contrato de locação de veículos com o Fornecedor Braz e Braz, sendo assim a variação no saldo dos Ativos de Direito de uso foi elevada, pois este contrato representava um pouco mais da metade em termos de valor dos contratos considerados. Este contrato será renovado em 2021.

	<b>Edificações</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições a ativos de direito de uso	503	17.504	18.007
Despesa de depreciação do exercício	(274)	(9.315)	(9.589)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso(i)	<u>-</u>	<u>(319)</u>	<u>(319)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>229</u></b>	<b><u>7.870</u></b>	<b><u>8.099</u></b>
Adições a ativos de direito de uso	419	7.892	8.311
Despesa de depreciação do exercício	(423)	(12.330)	(12.753)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso(i)	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>215</u></b>	<b><u>3.432</u></b>	<b><u>3.647</u></b>

- a) O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2020 se referem principalmente a rescisão de contratos, ocasionados pela mudança de algum procedimento interno na operação, o qual inviabilizou a continuação do uso do mesmo.
- b) São considerados arrendamentos de curto prazo aqueles com duração inferior a 1 ano. Ativos de baixo valor são aqueles avaliados em menos de R\$ 5.000.

**Mineração Caraíba S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
*31 de dezembro de 2020*

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros sobre Arrendamento	682	908
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	271	882
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	263	502

## 15 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, principalmente, a custos de desenvolvimento de projetos de exploração mineral, que compreendem a aquisição de direitos minerários, despesas administrativas, operacionais e financeiras para projetos considerados viáveis nos termos da CPC 01/IAS 36. Quando os projetos iniciam a produção comercial, o valor correspondente é transferido para o ativo imobilizado como Propriedades Minerárias.

	Projetos de exploração mineral	Programa e licenças	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>91.566</b>	<b>907</b>	<b>92.473</b>
Adições	3.372	30	3.402
Transferência	886	1.171	2.058
Amortização	-	(698)	(698)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>95.824</b>	<b>1.410</b>	<b>97.234</b>
Adições	1.014	68	1.082
Transferência	150	991	1.141
Amortização	-	(348)	(348)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>96.988</b>	<b>2.121</b>	<b>99.109</b>
Custo	104.061	11.413	115.474
Amortização acumulada	(7.073)	(9.292)	(16.365)

A seguir, apresentamos a descrição dos principais projetos em andamento:

- (i) O projeto "Aprofundamento MSB" está localizado em Jaguarari, no estado da Bahia, e esta fase prevê a extração de minério sulfetado entre as elevações +220m e -965m abaixo da superfície.
- (ii) Projeto Boa Esperança - Em 26 de outubro de 2007, foi firmado um contrato com a Codelco do Brasil Mineração Ltda., cessão e transferência dos direitos minerários do Projeto Boa Esperança para a Companhia. O projeto está relacionado à construção de uma usina com capacidade de processamento de 1.500.000 toneladas de minério/ano e produção média de 23.500 toneladas de cobre por ano por 11 anos.

## 16 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores Nacionais	62.907	73.615
Fornecedores Internacionais	3.719	1.008
	<b>66.626</b>	<b>74.623</b>

Os valores de fornecedores representam valores a pagar pela aquisição de materiais, serviços e outros insumos necessários para as atividades principais e acessórias de mineração.

## 17 Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos a vencer são os seguintes :

Descrição do produto	Taxa de juros (a.a.)	Garantias	Moeda	Captação	Venc.	2020	2019
<i>Empréstimos com partes relacionadas</i>							
ERO Copper - ECC - A	FX + 1%.	(i)	USD	jan/18	set/25	416.230	394.328
ERO Copper - ECC - Mutuo	FX + 8,83%.	(i)	USD	jan/18	dez/26	260.155	338.269
NX Gold	3,53%	N/A	BRL	mar/15	-	-	7.572
ERO Copper - ECC - CS	FX + 0%.	(i)	USD	fev/20	fev/25	11.710	-
<i>Empréstimos com terceiros</i>							
BB Renegociação	CDI + 0,05% CDI	(vi)	BRL	dez/16	nov/26	23.248	27.208
Finimp Sandvik USD	FX + 6,5%	(iv)	USD	dez/19	fev/23	14.998	-
Finimp Sandvik 658 EUR	7%.	(iv)	EUR	jul/17	jun/22	7.829	14.514
BTG Stand-By	CDI + 9%	(i)	BRL	jul/18	mar/21	7.522	-
Fibra Confirme	13,8%	(iv)	BRL	fev/19	fev/21	7.297	14.548
Plural CCB	CDI+7%	(iv)	BRL	nov/19	nov/21	5.534	11.656
FDIC CreditCorp	13,2%	(i)	BRL	jun/20	jun/22	5.403	-
Santander Confirme	9,6%	(i)	BRL	set/20	set/22	4.771	-
Finimp Caterpillar R1700G 4	FX + 7,95%	(iv)	USD	fev/19	fev/23	4.672	5.236
BTG Confirme	11,88%	(i)	BRL	jul/20	-	4.318	-
Finimp Caterpillar R1700G 2	7,45%	(iv)	USD	jun/18	jun/22	2.632	3.404
Finimp Caterpillar R1700K 5	FX + 7,3%	(iv)	USD	ago/19	ago/23	2.520	2.667
Finimp Caterpillar R1700G 1	6,99%	(iv)	USD	abr/18	mai/22	2.404	3.107
Finimp Caterpillar R1700G 3	7,95	(iv)	USD	dez/18	dez/22	1.902	2.213
Volvo 803655	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	1.510	2.358
Epiroc Diamec	FX + 5,5%	(iv)	EUR	out/19	dez/22	1.482	1.593
Finimp Caterpillar Repair 1	12,95%	(iv)	BRL	mai/19	jul/23	1.318	1.720
Volvo 804417	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	854	1.328
Volvo 825078	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	684	-
Volvo 825076	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	681	-
Finimp Caterpillar 966 L	13,03%	(iv)	BRL	jun/19	jun/24	618	730
Volvo 825077	11,88%	(iv)	BRL	jun/20	jun/23	557	-
Volvo 826707	11,88%	(iv)	BRL	jul/20	jul/23	399	-
Volvo 362992	16,49%	(iv)	BRL	mai/18	mai/21	396	1.250
Volvo 831689	11,48%	(iv)	BRL	out/20	out/23	366	-
Volvo 826708	11,88%	(iv)	BRL	jul/20	jul/23	225	-
Volvo 803327	14,28%	(iv)	BRL	mai/19	mai/22	215	344
Volvo 814976	13,08%	(iv)	BRL	dez/19	jan/23	191	-
Volvo 829115	11,48%	(iv)	BRL	ago/20	ago/23	183	-
Volvo 808205	14,1%	(iv)	BRL	ago/19	ago/22	157	234
Santander Stand-By	14,3%	(i)	BRL	mai/20	mai/21	151	-
Santander A	4,43%	(iii)	USD	dez/18	dez/20	-	6.059
ABC CCB	CDI + 3,7% CDI	(i)	BRL	dez/18	fev/20	-	822
						<b>793.132</b>	<b>841.160</b>
Circulante						192.882	123.839
Não circulante						600.250	717.321

### Tipo de garantia

- (i) Sem garantia;
- (ii) Nota promissória;
- (iii) Contas a receber e propriedades mineral;
- (iv) Equipamento;
- (v) Instalações, edifícios e equipamentos
- (vi) Fundo de reserva de investimento exigido por instituição financeira (ver nota 9).



**a. Movimento**

O quadro seguinte apresenta o movimento dos Saldos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>807.099</b>
Variação cambial	30.706
Adições partes relacionadas	48.390
Novos empréstimos terceiros	127.537
Amortizações partes relacionadas	(1.626)
Atualizações/juros	48.526
Bônus por antecipação de pagamentos	(333)
Ajuste do justo valor	7.019
Amortizações principal	(216.948)
Amortizações juros	(9.210)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>841.160</b>
Variação cambial	231.771
Adições partes relacionadas	154.159
Novos empréstimos terceiros	260.831
Amortizações partes relacionadas	(470.264)
Atualizações/juros	56.026
Amortizações principal	(266.051)
Amortizações juros	(14.499)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>793.133</b>

**b. Programação de dívida**

As datas de vencimento dos empréstimos e financiamentos não circulantes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	2020	2019
2021	-	95.760
2022	110.971	77.886
2023	114.220	73.872
A partir de 2023	375.059	469.803
	<b>600.250</b>	<b>717.321</b>

**c. Reestruturação das dívidas**

Os empréstimos da Companhia foram renegociados no final de 2016 com as instituições financeiras e, de acordo com a nova estrutura, precisavam ser amortizados no prazo de 10 anos, com um prazo de carência de 29 meses para as amortizações do principal e um desconto de 40% sobre o valor total da dívida, sujeito ao pagamento dos 60% restantes da dívida de acordo com os termos renegociados.

Os contratos com esses novos termos foram assinados em 2 de dezembro de 2016, porém continham condições que levariam à rescisão, que somente foram cumpridas totalmente em maio de 2017, quando os contratos entraram em vigor. Os empréstimos foram reclassificados de acordo com o cronograma de pagamento desses novos empréstimos.

Esses contratos continham cláusulas restritivas referentes a quocientes financeiros, estipulando que a razão entre o EBITDA para o exercício e a dívida líquida em 31 de dezembro (definido no contrato como o valor total dos empréstimos e financiamentos menos o caixa) deveria ser menor ou igual a 9,0 para 2019, 5,0 para 2020, 3,0 para 2021 e 2,0 para 2022 em diante, do contrário, a amortização imediata dos empréstimos passaria a ser devida mediante exigência. A razão não seria aplicada para os exercícios de 2017 e 2018. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não havia incorrido no descumprimento de nenhuma das cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

Em dezembro de 2018, a controladora da Companhia (Ero Copper Corp ou ECC), com objetivo de disponibilizar maior volume de recursos para os investimentos que a Companhia pretendeu fazer nos próximos 2 anos, obteve linha de crédito com Scotia Bank e Banco de Montreal no montante de USD 125 milhões. Essa linha, entre outras características, possui 2 anos de carência para amortização do principal. Esses recursos foram utilizados para negociação das dívidas com bancos no Brasil, credores da Companhia.

Dentro do contexto da reestruturação das dívidas da Companhia, foi realizado um empréstimo entre a Ero e a Companhia (ver nota 30– Partes relacionadas), onde os recursos disponibilizados foram utilizados para liquidação das dívidas, com os Bancos ABC e Fibra, nos montantes de R\$ 72.877 e R\$ 14.036, respectivamente e, posteriormente, com o banco BNB, no montante de R\$ 41.740.

Os empréstimos com os bancos Santander, Scotia, Itaú, Votorantim e Pine, foram liquidados diretamente pela ECC junto aos bancos credores, tornando a ECC credora dos créditos detidos contra a Companhia, nas mesmas condições originalmente vigentes.

Em 30 de dezembro de 2018 a Companhia reestruturou a dívida cedida pelos bancos para a Ero, alterando os prazos de amortização da dívida e os juros incidentes, sendo as principais e mais relevantes alterações que impactarão o fluxo de caixa da Companhia: fluxo de amortização linear em 80 parcelas, iniciando o primeiro em fevereiro de 2019, redução da taxa de juros 8,83% para 1% ao mês e os pagamentos serão efetuados no último dia de cada mês. As novas condições dessas dívidas foram descritas no cronograma relacionado à Nota 19. Posteriormente essa dívida foi renegociada, e o fluxo de amortização do principal foi alterada para 70 parcelas, iniciando em fevereiro de 2019.

Em 29 de maio de 2020, a ECC utilizou-se de seu crédito de longo prazo contra a Companhia para adquirir os 96,6% sobre as ações de sua então controlada, NX Gold S.A., no valor de R\$ 226.034.

**d. Cláusulas Contratuais Restritivas (“covenants”)**

Exceto pelas cláusulas específicas que são comuns a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia e sua controlada não possuem covenants financeiros ou cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

**18 Salários, encargos e contribuições sociais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para férias	21.406	18.856
Encargos a Recolher	13.540	10.978
Outros	5.158	5.112
	<b>40.104</b>	<b>34.946</b>

**19 Impostos a pagar**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS parcelamento - Desenvolve (a)	11.003	10.452
IRRF Empregados	1.983	1.554
CFEM	21.537	18.523
Imposto de renda a pagar	-	4.293
Contribuição social a pagar	10.712	5.226
Outros	3.112	3.169
	<b>48.347</b>	<b>43.217</b>

(a) Refere-se a obrigações fiscais diferidas de acordo com as regras do Programa de Incentivo Fiscal do Estado da Bahia, “DESENVOLVE”.

**20 Participação nos resultados**

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	26.084	7.167
Constituição da provisão do ano	31.148	26.396
Valores pagos referentes ao ano anterior	(31.870)	(7.167)
Reversão de provisão	-	(312)
	<b>25.362</b>	<b>26.084</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>		
Circulante	23.105	22.944
Não circulante	2.257	3.140

## 21 Parcelamentos de débitos tributários

A Companhia é participante de diversos programas de parcelamento de dívidas fiscais estabelecidos pelo governo federal e estadual (PIS, COFINS, ICMS e INSS), conforme apresentado abaixo:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>7.582</b>	<b>20.444</b>	<b>28.026</b>
Adição	2.406	8.698	11.104
Juros	80	266	346
Amortização	(7.270)	-	(7.270)
Transferências	5.242	(5.242)	-
Reclassificação	(735)	-	(735)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.305</b>	<b>24.166</b>	<b>31.471</b>
Adição	304	1.217	1.522
Juros	26	99	125
Amortização	(7.777)	(3.603)	(11.380)
Transferências	7.550	(7.550)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.408</b>	<b>14.330</b>	<b>21.738</b>

## 22 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em dezembro de 2016, exceto pelo estudo relacionado ao projeto Vermelhos realizado em 2018, que resultou em um incremento de R\$ 4.125.

O saldo inicial em 2020 é de R\$ 97.987, a atualização monetária da taxa de desconto foi no valor de R\$ 3.282 e a Companhia vem fazendo pagamentos para atender o plano de recuperação ambiental no montante de R\$ 5.111

A taxa de desconto foi revisada e a estimativa foi alterada. Devido a essas mudanças na estimativa a provisão foi reduzida em R\$ 10.752.

	Taxa de Desconto	Saldo em 01/01/2019	Aumento da Provisão	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2019
Projetos	5,85%	85.876	16.876	(4.765)	97.987
		<b>85.876</b>	<b>16.876</b>	<b>(4.765)</b>	<b>97.987</b>

	Taxa de Desconto	Saldo em 01/01/2020	Redução da Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2020
Projetos	5,85%	97.987	1.013	3.282	(5.111)	97.172
		<u>97.987</u>	<u>1.013</u>	<u>3.282</u>	<u>(5.111)</u>	<u>97.172</u>

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

O passivo exigível a longo prazo é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

## 23 Provisão para perdas com processos judiciais

### a. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais movidos contra a Companhia, são mantidas as seguintes provisões para perdas prováveis nos setores trabalhista, cível e tributário:

	2020	2019
Processos trabalhistas (i)	11.096	11.119
Processos cíveis (ii)	324	293
	<u>11.420</u>	<u>11.412</u>

### (i) Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, há uma série de ações trabalhistas movidas contra a Companhia, das quais, aproximadamente 53 ações são avaliadas como perdas prováveis pelos consultores jurídicos externos da Companhia (66 ações em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Saldo em 1º de Janeiro	11.119	12.071
Adições	4.111	2.190
Reversão	<u>(4.134)</u>	<u>(3.142)</u>
Saldo final	<u>11.096</u>	<u>11.119</u>

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia.

O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não terá impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

**(ii) Ações cíveis e tributários**

As provisões para perdas cíveis referem-se, principalmente, a autuação de uma ação regressiva promovida pelo INSS cobrando valores pagos a título de pensão a um dependente de um funcionário da Companhia .

	2020	2019
Saldo em 1º de Janeiro	293	2.304
Adições	31	57
Baixas (a)	-	(2.068)
Saldo final	<b>324</b>	<b>293</b>

- (a) O saldo final do exercício de 2019 deve-se à opção feita pela Companhia de fazer uso dos programas de anistia concedidos pelo Estado da Bahia. Ela incluiu, em tais programas, parte dos débitos tributários avaliados como prováveis, com base na opinião de assessores jurídicos externos, assim todas as provisões fiscais foram baixadas.

**b. Processos judiciais não provisionados**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui diversas causas avaliadas como perdas possíveis, e portanto nenhuma provisão foi contabilizada.

	2020	2019
Segurança Social	14.963	14.838
Tributário (i)	61.575	60.418
Ambiental	54	-
Cível (ii)	10.575	25.047
Minerário (iii)	21.688	21.615
Trabalhista	3.991	2.890
	<b>112.846</b>	<b>124.808</b>

**(i) Causas tributárias**

Em 31 de dezembro de 2020, existem processos de natureza tributária movidos contra a Companhia, dentre os quais 121 processos são avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia, no valor de R\$ 61.675 (R\$ 60.418 em 31 de dezembro de 2019). A natureza destas principais causas, estão demonstradas abaixo:

*Não conformidade da compensação – 1º trimestre de 2019*

Em 31 de março de 2019, 13 novas autuações fiscais foram entregues pela Receita Federal relacionadas a suposta compensação incorreta de créditos de Contribuição Social, cuja possibilidade de perda foi avaliada como possível (valor de aproximadamente R\$ 2.626), com base na opinião assessoria jurídica externa.

*Auto de Infração - Débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS*

Em 29 de agosto de 2011, a Receita Federal lavrou auto de infração contra a Companhia referente aos débitos de IRPJ, CSL, PIS e COFINS.

A fiscalização entendeu que a Companhia deveria ter submetido à tributação os valores de receitas contabilizadas como "Clientes no País" em dezembro de 2008, de acordo com o regime de competência, uma vez que a Companhia passou de regime de caixa (2008) para regime de competência (2009).

Auto de Infração ainda pendente de análise pelo Tribunal de Primeira Instância Administrativo.

Atualmente o valor atualizado da causa é de R\$ 5.182.

*Não conformidade da compensação - créditos FINSOCIAL*

Em 28 de novembro de 2005, a Receita Federal lavrou auto de infração não reconhecendo os débitos de CSLL e COFINS compensados pela Companhia em 2001 e 2002, com os créditos FINSOCIAL devidamente reconhecidos em sentença transitada em julgado.

Em março de 2020, o Tribunal Administrativo decidiu pela inconformidade da compensação e a Companhia decidiu aceitar a decisão, reconhecendo um débito de R\$ 1.897 e iniciando o parcelamento.

**(ii) Ações Cíveis**

Em 31 de março de 2019, a Companhia foi notificada de uma ação judicial movida por acionistas minoritários que fizeram parte de sua administração durante vários anos após a privatização. Em tal alegação, eles contestam os relatórios de avaliação utilizados no momento do aumento de capital da Companhia no início de 2017. O entendimento dos advogados externos é que a Companhia cumpriu todos os requisitos previstos em lei para orientar o processo de aumento de capital e contratou um terceiro conhecido e não relacionado para fornecer os relatórios. Dessa forma, os consultores jurídicos externos classificaram de maneira conservadora a probabilidade de perda nesta ação como possível (valor de aproximadamente R\$ 9.800).

Em março de 2020, os assessores jurídicos externos recalcularam o valor que a Companhia poderia perder diminuindo para R\$ 10 (redução de R\$ 9.790).

**(iii) Ações Minerárias**

Em 30 de junho de 2019, a Companhia foi notificada de cinco (5) reclamações administrativas movidas pela Agência Nacional de Mineração ("ANM") sobre alegadas diferenças no cálculo do CFEM, especificamente relacionadas aos valores de ICMS, PIS e COFINS, que segundo este entendimento deveriam ser considerados como redutores da base de avaliação do CFEM. A assessoria jurídica externa classificou a probabilidade de perda nesta ação como possível.

**c. Depósitos judiciais**

A Companhia mantém depósitos judiciais no valor de R\$ 2.211 (R\$ 4.152 em 31 de dezembro de 2019), antes da correção monetária, conforme detalhado abaixo:

	2020	2019
Reclamações trabalhistas	1.780	3.740
Ações cíveis	24	5
Contingências tributárias	407	407
	<b>2.211</b>	<b>4.152</b>

## 24 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por R\$ 314.843 composto de 13.574.805.875 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	Nº de ações ordinárias	%
Ero Copper Corporation	13.508.995.619	99.52
Outros	65.810.256	0.48
	<b>13.574.805.875</b>	<b>100.00</b>

**b. Reservas**

**(i) Incentivos fiscais**

A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o imposto de renda sobre o lucro da exploração em 75%, pelo prazo de 10 anos, de 2017 a 2027, calculado com base nas regras de cálculo do lucro da exploração definidas pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Adicionalmente, a Companhia possui incentivo fiscal no Estado da Bahia em relação ao diferimento e redução do ICMS. Estes incentivos são registrados em uma conta específica em rendimentos e, no final do ano, são transferidos para uma reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o direito das sociedades.

A Companhia utilizou em períodos anteriores a reserva de incentivos fiscais para compensar prejuízos acumulados, conforme segue:

Ano	
2013	49.451
2014	107.432
2015	60.846
2016	4.943
2017	2.482
2018	55.191
	<b>280.345</b>



**(ii) Reserva legal**

Em 2020 e 2019 a Companhia obteve lucro líquido e constituiu reserva legal de 5% com base na Lei 6404/76.

**c. Perdas em operações de capital**

O valor de R\$ 67.373 representa o valor pago em excesso dos ativos líquidos da NX Gold ao adquirir uma participação por meio de uma operação de conversão de empréstimo em capital em agosto de 2017.

**d. Reserva de expansão**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

**e. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2020 foi efetuado cálculo para verificar se a Companhia teria dividendos a pagar conforme segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	145.680	603.352
Prejuízo acumulados períodos anteriores	-	(479.266)
Resultado do período	145.680	124.086
(-) Reserva legal (5%)	(7.284)	(6.204)
(-) Incentivo IR Redução de base em 75%	(141.355)	(99.300)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	-	18.582
Dividendos propostos (25%)	-	4.646

No período encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos dividendos a pagar pela Companhia.

## 25 Receita operacional líquida

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Concentrado de cobre	1.460.947	1.066.280
(-) Impostos sobre as vendas (a)	(116.161)	(95.088)
	<b>1.344.786</b>	<b>971.192</b>

(a) Em 2020, o incentivo Desenvolve no valor de R\$ 60.947 (R\$ 49.847 em 2019) foi registrado como redução dos impostos sobre vendas.

## 26 Custos e despesas operacionais

	2020	2019
<b>Custo das vendas</b>		
Materiais	(77.934)	(70.475)
Pessoal	(126.700)	(132.846)
Depreciação, amortização e exaustão	(166.598)	(140.686)
Serviços de terceiros	(140.638)	(136.311)
Outros custos	(35.621)	(37.093)
	<b>(547.491)</b>	<b>(517.411)</b>
 <b>Despesas de vendas</b>		
Transporte	(21.085)	(18.332)
Outros	(4.362)	(1.241)
	<b>(25.447)</b>	<b>(19.573)</b>
 <b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	(40.396)	(47.167)
Serviços de terceiros (a)	(36.536)	(29.286)
Outras despesas	(7.960)	(9.322)
	<b>(84.892)</b>	<b>(85.775)</b>
	<b>(657.830)</b>	<b>(622.759)</b>
 <b>Total de custos e despesas operacionais</b>		
Materiais	(77.934)	(70.475)
Pessoal (b)	(167.097)	(180.012)
Depreciação, amortização e exaustão	(166.598)	(140.686)
Serviços de terceiros	(177.174)	(165.598)
Transporte	(21.085)	(18.332)
Outros custos e despesas	(47.942)	(47.656)
	<b>(657.830)</b>	<b>(622.759)</b>

- (a) Os serviços de terceiros referem-se a serviços jurídicos, consultoria e auditoria, aluguel e manutenção de software / hardware e internet, e outros serviços administrativos.
- (b) Os principais impactos estão relacionados a operação da mina de vermelhos, pois a empresa optou pelos serviços de terceiros em algumas atividades ao invés da primarização no ano de 2020 em comparação a 2019.

## 27 Outras receitas e despesas

	2020	2019
Venda de água adutora	4.785	3.116
Venda de sucatas	387	266
Reembolsos de sinistros	6	-
Recuperação de despesas (a)	52.903	93.181
Reversão de provisão para perdas em processos judiciais	4.167	2.964
<b>Outras receitas</b>	<b>62.248</b>	<b>99.527</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para perdas em processos judiciais	(4.176)	(2.796)
Perdas por processos judiciais	(6.873)	-
Ociosidade Minas e Planta	(2.878)	(5.817)
Despesas Tributárias/Indedutíveis	(1.347)	(257)
Baixa Impostos (Icms, Inss)	(2.568)	-
Outras despesas operacionais	(1.050)	(956)
Gastos relacionados com a COVID-19	(7.779)	-
<b>Outras despesas</b>	<b>(26.671)</b>	<b>(9.826)</b>

(a) O Companhia de recuperação de despesas é formado pelas seguintes naturezas

	2020	2019
Exclusão de ICMS da Base PIS Cofins (i)	758	80.501
Créditos PIS/ Cofins (ii)	39.301	10.743
Créditos INSS	-	1.879
Ajuste de peças de reposição e partes de reposição	-	(77)
Ajuste de Materiais Obsoletos	(122)	(828)
Receta recuperação processo TR	-	2.094
Ganho de Capital Venda de NX Gold	15.991	-
Reversão Impairment (Inventário Imobilizado)	800	-
Perda na baixa de inventário do imobilizado	(9.041)	-
Revisão administrativa parcelamento - REFIS	3.910	-
Outros	1.306	(1.131)
<b>Total</b>	<b>52.903</b>	<b>93.181</b>

- (i) Em Setembro de 2019, a Companhia registrou um crédito tributário de aproximadamente R\$ 89.897, conforme demonstrado na nota explicativa 10 a., sendo que R\$ 54.286 de principal e R\$ 35.611, de correção e juros, como consequência de um resultado favorável e definitivo em uma ação tributária movida pela Companhia contestando a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de avaliação do PIS e da Cofins, vide nota 10.a. Em 2020, a Companhia prosseguiu efetuando a atualização dos valores referentes a estes créditos.
- ii) A Companhia procedeu com o levantamento de créditos extemporâneos de PIS/Cofins períodos de 2018 a Setembro de 2020 referentes a exaustão contabilizada, para os meses seguintes de 2020 adotou a prática de forma regular.

Além destes créditos mencionados anteriormente a Companhia considerou créditos relacionados a mais produtos e serviços levando em conta os critérios de essencialidade e relevância de utilização dos materiais e serviços nas operações.

## 28 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Ganhos cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		
	122.206	143.006
Operações com instrumentos derivativos (a)	167.756	23.523
Rendimentos de Aplicações Financeiras	879	806
Ganhos cambiais na importação	14.531	6.269
Bônus de Empréstimos	-	513
Outras receitas	1.340	10.984
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>306.712</b>	<b>185.101</b>
Perdas cambiais sobre empréstimos, empréstimos e debêntures (b)	(353.976)	(173.712)
Juros sobre empréstimos, empréstimos e debêntures	(56.821)	(50.766)
Operações com instrumentos derivativos (a)	(446.168)	(29.321)
Perdas cambiais nas importações	(14.494)	(8.818)
Comissão da Conta Garantida	(2.373)	(6.123)
ARO Despesa Atualização Monetária	(3.282)	(9.822)
Juros e Pagamentos a Fornecedores	(155)	(228)
Despesas com Juros sobre Arrendamento	(682)	(908)
Outras despesas	(8.149)	(9.633)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(886.100)</b>	<b>(289.331)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(579.388)</b>	<b>(104.230)</b>

(a) Operações com instrumentos derivativos,

A companhia conta com instrumentos de hedge do tipo Opções Zero Cost Collar para proteção contra oscilação do dólar até determinado intervalo. Essa proteção está atrelada às vendas em moeda estrangeira, de forma a neutralizar os impactos causados pela oscilação do dólar, sem haver grandes desvios das projeções orçamentárias anuais, dando maior segurança sobre o seu cumprimento. Em 31/12/2020 a companhia possuía um notional de USD 291 milhões com taxas strike entre 4,5800 a 5,7000 para operações call com vencimentos mensais, sendo o último em Julho de 2022. Durante o ano de 2020, foram liquidadas operações que somam notional de USD 101 milhões com taxas strike entre 4,0550 e 4,5400 para operações call.

Seguindo as normas contábeis de marcação dessas operações a mercado, pela metodologia Black&Scholes, mensalmente as operações são corrigidas registrando variações de ganhos e de perdas conforme os índices de mercado (volatilidade do USD, risco do país, moeda). Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o ano de 2020, tendo sua máxima em 5,9372, a companhia registrou grandes variações na marcação dos valores das operações de hedge. Essas oscilações não possuem efeito caixa em sua totalidade, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme marcação na data de seu vencimento.

(b) Perdas cambiais

A companhia possui um endividamento total de R\$ 793 milhões em 31/12/2020, sendo que 91% desse total é dívida em moeda estrangeira. Seguindo as normas contábeis, mensalmente essas dívidas são corrigidas pela PTAX, registrando variações cambiais por competência de ganhos e de perdas. Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o ano de 2020, tendo sua máxima em 5,9372, a companhia registrou grandes variações cambiais na atualização de suas dívidas estrangeiras. Essas variações não possuem efeito caixa em sua totalidade, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme a taxa praticada na data de seu vencimento.

## 29 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias.

**a. Transações e saldos**

	2020	2019	2020	2019
<b>Passivo circulante</b>				
NX Gold (a)	-	-	-	7.572
ERO Copper Corporation (b)	<u>127.714</u>	<u>72.918</u>	<u>127.714</u>	<u>72.918</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
ERO Copper Corporation (b)	560.382	659.679	560.382	659.679
<b>Saldo Total</b>	<u><b>688.096</b></u>	<u><b>732.597</b></u>	<u><b>688.096</b></u>	<u><b>740.169</b></u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos entre empresas (a)	<u>41.012</u>	<u>38.493</u>	<u>41.012</u>	<u>38.283</u>
<b>Despesas Financeira Totais</b>	<u><b>41.012</b></u>	<u><b>38.493</b></u>	<u><b>41.012</b></u>	<u><b>38.283</b></u>

- (a) Empréstimos entre a Companhia e a subsidiária NX Gold S.A., com taxa de juros anuais de 3,53%a.a. Em 2019, devido a discussões internas sobre o tratamento dos empréstimos entre NX Gold e MCSA não tivemos o provisionamento dos Juros.
- (b) Empréstimos considerando a reestruturação das dívidas em dezembro de 2018, com fluxo de amortização linear em 80 parcelas, iniciando o primeiro em fevereiro de 2019, e taxa de juros de 1% ao mês. Veja detalhes na nota explicativa 19.

**b. Remuneração dos Administradores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 7.144 (R\$ 6.510 em 2019), que foram registrados como despesas gerais e administrativas. Os Administradores têm ainda direito a uma participação nos lucros da Companhia.

**30 Imposto de renda e contribuição social**

**a. Despesa de imposto de renda**

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício:

	2020	2019
IR e CS Corrente	26.377	(35.442)
IR e CS Diferidos	<u>(16.627)</u>	<u>114.391</u>
	<u><u>9.750</u></u>	<u><u>78.949</u></u>

**b. Conciliação da taxa efetiva**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Resultado antes de impostos (1)	155.431	524.404
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	(52.847)	(178.297)
<b>Adições permanentes</b>		
Preços de transferência	(3.756)	(7.199)
Bônus	(808)	(921)
Eventos	(518)	(722)
Brindes e doações	(70)	(49)
Multas e taxas	(19)	(42)
Outras adições	(9)	(10)
	<b>(5.180)</b>	<b>(8.943)</b>
<b>Exclusões permanentes</b>		
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS	(13)	9.262
Eq. patrimonial	4.177	64.770
Reversão Impairment	272	-
Revisão REFIS	1.335	-
Incentivo Desenvolve	20.569	-
PAT dobrado	2.675	-
	<b>29.015</b>	<b>74.032</b>
Compensação de PF/BN	35.949	36.467
Incentivos fiscais	75.889	55.810
IR diferido constituído de anos anteriores	-	99.880
IR diferido no ano	(78.576)	-
Ajuste Lei do Bem/Incentivos fiscais 2019	5.500	-
	<b>9.750</b>	<b>78.949</b>
<b>Receita / (despesa) com IR e CS</b>	<b>9.750</b>	<b>78.949</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-6%</b>	<b>-15%</b>

**c. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia possui o benefício Sudene que reduz o percentual do imposto de renda em 75%. Assim, para determinação dos tributos diferidos, a alíquota do IRPJ passa a ser de 6,25%. As diferenças temporárias foram reconhecidas considerando a redução pelo benefício fiscal do IRPJ a 6,25%, no entanto o prejuízo fiscal foi reconhecido no diferido pela alíquota nominal.

No exercício de 2019, a administração registrou impostos diferidos ativos, não reconhecido em anos anteriores. O registro no exercício de 2019, é em função da expectativa de lucros tributáveis futuros esperados pela administração. A Companhia espera realizar os impostos diferidos em até 2023, considerando suas projeções de resultados futuros, incluindo a limitação de utilização prejuízos fiscais e bases negativas de 30% do lucro do exercício.

**(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os valores de composição e compensação dos impostos diferidos são os seguintes:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ativo de imposto diferido	315.513	253.067
Passivo de imposto diferido	(222.882)	(177.064)
	<b>92.631</b>	<b>76.003</b>
<b>Imposto diferido, líquido</b>	<b>92.631</b>	<b>76.003</b>

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativo</b>		
Variação Cambial, líquida	48.919	4.265
Demais diferenças temporárias	22.460	9.905
Prejuízo Fiscal e Base negativa	81.538	116.055
	<b>152.917</b>	<b>130.225</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças Temporárias	(11.664)	(5.600)
Ajuste a Valor Justo Empréstimos	(48.622)	(48.622)
	<b>(60.286)</b>	<b>(54.222)</b>
 Imposto diferido, líquido	 <b>92.631</b>	 <b>76.003</b>

**(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A movimentação no resultado e patrimônio líquido dos impostos diferidos é a seguinte:

	2020	2019
<b>Com efeitos no resultado</b>		
Provisões e outras diferenças temporárias ativas	51.144	71.380
Reconhecimento Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	(34.517)	38.740
Diferenças temporárias passivas – AVJ Empréstimos	-	4.271
<b>Total dos efeitos no resultado</b>	<b>16.627</b>	<b>114.391</b>
<b>Com efeitos no patrimônio líquido</b>		
Diferenças temporárias passivas – AVJ Empréstimos	-	1.070
<b>Total dos efeitos no patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>1.070</b>

**d. Incertezas Tributárias**

**(i) Exclusão dos ganhos decorrentes de perdão de dívida do cálculo do lucro da exploração**

Em 2018, a Companhia reestruturou suas dívidas financeiras. Nesse processo, recebeu um desconto sobre o valor total da dívida (“Perdão de Dívida”), o qual foi contabilizado em uma rubrica específica.

Sobre o tema, verifica-se que a discussão gira em torno da classificação jurídica desse perdão de dívida. Com base em parecer jurídico, entendeu a Administração que o valor fosse integralmente reconhecido na base de cálculo do lucro da exploração. O eventual risco existente seria a sua classificação enquanto receita financeira, o que limitaria o seu aproveitamento às despesas financeiras do período, no cálculo do benefício.

Contudo, existem argumentos contrários à classificação como receita financeira:

- Diferença entre o conceito contábil (demonstração do resultado) e jurídico. No Brasil, este último tem assento constitucional, e, na linha do entendimento fixado STF (RE nº 606.107, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2013, DJe de 22/11/2013), está intimamente vinculado à ideia de ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições, não se confundindo, portanto, com o conceito contábil.

- Ainda que o argumento anterior não seja acolhido, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF - Acórdão nº 9303-008.341, julgado em 20 de março de 2019), última instância Administrativa, entendeu que a redução do passivo sem uma contrapartida do ativo, em razão de remissão parcial de dívida representaria uma receita operacional. Isso porque essa remissão de dívidas não se enquadra como juros recebidos, descontos por antecipação, lucro na operação de reporte, prêmio de resgate de títulos ou debêntures, nem muito menos rendimentos nominais relativos a aplicações financeiras de renda fixa (definição de receita financeira do art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77).



- Posição da própria Receita Federal no sentido de que “para que as receitas sejam consideradas como ‘financeiras’, há de haver como característica um ganho em razão da disponibilidade de recursos para terceiros em função de certo período de tempo (...)”, conforme Solução de Consulta nº 306/2007.

Em razão da argumentação posta, a Companhia entende que o tratamento adotado teria aceitação perante a autoridade fiscal.

Destaca-se que o tema é acompanhado e suportado por Parecer de escritório de advocacia independente, e, para o ano de 2020, não foram verificadas alterações legislativas e/ou jurisprudenciais que justificassem uma alteração no procedimento adotado em 2018.

## **(ii) Exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins**

### *a. Momento de reconhecimento do montante correspondente ao indébito para fins tributários*

Para fins fiscais, a empresa adotou o procedimento de incluir, às bases de cálculo de IRPJ/CSLL, o indébito tributário apenas no momento da apresentação das respectivas declarações de compensação, na medida em que há, ainda, uma resistência por parte do credor, no caso a própria União, especialmente a consubstanciada na Solução de Consulta Interna nº 13/2018.

Face a esta resistência, o reconhecimento de renda disponível ficaria protraído no tempo para data da efetiva utilização do crédito. Lembrando que, para fins jurídicos, não há que se falar em receita tributável enquanto não houver disponibilidade (art. 43 do CTN).

Em razão da argumentação posta, a Companhia entende que o tratamento adotado teria aceitação perante a autoridade fiscal.

Ademais, como o tema retringe-se ao momento da tributação e não à tributação em si, o impacto desse procedimento não é necessariamente favorável ao contribuinte.

Destaca-se que o tema é acompanhado e suportado por Parecer de escritório de advocacia independente, e, para o ano de 2020, não foram verificadas alterações legislativas e/ou jurisprudenciais que justificassem uma alteração no procedimento adotado em 2019.

### *b. Inclusão do montante correspondente ao principal do indébito tributário para fins de apuração do lucro da exploração*

O montante correspondente ao principal do indébito tributário foi utilizado na apuração do lucro da exploração. O procedimento adotado pauta-se:

- na Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda sobre o Decreto-lei nº 1.598/77, segundo o qual “o lucro da exploração, tal como conceituado no artigo 19, exclui dos benefícios fiscais os resultados financeiros e os ganhos de capital”, e

- no Parecer Normativo CST nº 114/78, que, ao interpretar a expressão “resultados não operacionais” para fins de determinação do lucro da exploração, expressamente estabelece que

estes são os resultados decorrentes de alienação, baixa ou liquidação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da pessoa jurídica.

Nesse contexto, a discussão giraria em torno da natureza jurídica do indébito reconhecido, sendo que o montante corresponde a recuperação de tributos (PIS/Cofins) incidentes sobre a receitas de venda (operacional), calculados sobre o ICMS, e, portanto, contabilizados e recolhidos indevidamente. Face a esta natureza, não só não há previsão para sua exclusão do LEX, como o contrário representaria um duplo prejuízo ao contribuinte, haja vista essas contribuições potencialmente terem reduzido a base de cálculo desse benefício no passado.

Em razão da argumentação posta, a Companhia entende que o tratamento adotado teria aceitação perante a autoridade fiscal.

Destaca-se que o tema é acompanhado e suportado por Parecer de escritório de advocacia independente, e, para o ano de 2020, não foram verificadas alterações legislativas e/ou jurisprudenciais que justificassem uma alteração no procedimento adotado em 2019.

*c. Não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à correção pela SELIC, composta de juros e correção monetária*

Após o trânsito em julgado da sentença que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins, foi feito o cálculo do valor total do crédito a ser reconhecido, acrescido da taxa Selic. O montante total calculado e apropriado contabilmente no resultado da MCSA relativo à essa atualização foi de R\$ 25.867 mil.

Com base no entendimento de que a correção monetária representa apenas a recomposição do valor do dinheiro no tempo, seguindo inclusive precedentes do STJ e do STF, no sentido de que essa atualização não se constitui em um aumento, mas apenas em recomposição do patrimônio, a Companhia optou por não a oferecer à tributação do IRPJ e da CSLL.

A época, essa decisão foi suportada por parecer jurídico de advogados externos, considerando eventual risco de perda em processo administrativo ou judicial como possível. E, no ano de 2020, esses assessores realizaram uma atualização do tema, à luz da jurisprudência vigente, e mantiveram a classificação de risco, haja vista o Recurso Extraordinário 1.063.187, afetado pela repercussão geral (Tema 96222), encontrar-se pendente de julgamento, sendo possível uma modificação do entendimento do STJ sobre a controvérsia.

Além disso, foi solicitada carta consulta da Ernst & Young, cuja posição se demonstrou favorável ao adotado pela Companhia. Vale destacar que o tema foi afetado pelo STF como de repercussão geral e será analisado nos autos do RE nº 986.296, ainda pendente de julgamento.

O efeito tributário mensurado na apuração da Companhia, caso fosse oferecido à tributação, seria de acréscimo de R\$ 175 mil para o IRPJ e de R\$ 1.630 mil para a CSLL.

### **(iii) Cálculo do adicional do LEX como sem considerar os limites do MAJUR**

Em 2020, a MCSA reviu e ajustou o seu procedimento, dos anos de 2019 e 2020, no que tange ao cálculo do adicional do LEX, aplicando a mesma metodologia de cálculo do adicional do IRPJ.

A decisão pautou-se na interpretação literal do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598/77, que ao prever a sistemática de cálculo própria do benefício, não abordou em seu texto qualquer metodologia que tivesse como fim limitar os valores do adicional do LEX em referência ao adicional do IRPJ.

A sistemática anteriormente utilizada foi introduzida pelo MAJUR/96, sem qualquer amparo legal, e limita consideravelmente o valor do adicional, sobretudo quando o Lucro Real após a compensação do prejuízo fiscal é menor do que o Lucro da Exploração.

Em pesquisas de jurisprudência sobre o tema, identifica-se apenas posicionamentos favoráveis do CARF (listados a seguir), que entenderam, em julgamentos unânimes, que a sistemática a ser adotada no cálculo do adicional do Lucro da Exploração deve ser a mesma do adicional sobre o Lucro Real, uma vez que a regras presentes no MAJUR 1996, Manuais de Instrução ou mesmo em Instruções Normativas, carecem de legalidade.

Vale destacar que após Acórdão da CSRF, última instância administrativa, de 2014, não verificamos novas discussões sobre o tema:

- Acórdão CSRF nº 9101-002.054, 1ª Turma, j. em 11/11/2014
- Acórdão CARF nº 1802-00.208, 2ª Turma, j. em 01/10/2009
- Acórdão CSRF nº 108-126.415, j. em 20/09/2005
- Acórdão CARF nº 108-06.594, 8ª Câmara, j. em 25/07/2001

Em razão da argumentação posta, a Companhia entende que o tratamento adotado teria aceitação perante a autoridade fiscal.

## **31 Lucro por ação**

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2020	2019
Lucro do exercício	145.680	608.583
Número de ações ordinárias	<u>13.574.805.875</u>	<u>13.574.805.875</u>
Perda por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>0,001</u>	<u>0,044</u>

## 32 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue.

	<b>Mensuração</b>	<b>Valor contábil 2020</b>	<b>Justo valor 2020</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	102.615	102.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	93.479	93.479
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	418	418
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>196.512</b>	<b>196.512</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	66.625	66.625
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	793.133	793.133
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	177.011	177.011
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>1.036.769</b>	<b>1.036.769</b>
	<b>Mensuração</b>	<b>Valor contábil 2019</b>	<b>Justo valor 2019</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	77.353	77.353
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	30.831	30.831
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.128	4.128
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>112.312</b>	<b>112.312</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	74.623	74.623
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	841.160	841.160
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	187	187
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>915.970</b>	<b>915.970</b>

### ***Valor contábil versus valor justo***

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera que o valor justo é equivalente ao valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A MCSA utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

## **b. Gestão de riscos financeiros**

### **(i) Instrumentos financeiros não derivativos**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes. Atualmente, considerando as cláusulas contratuais, a Companhia considera que o risco de crédito de seus clientes é baixo. A tabela abaixo demonstra a concentração de clientes no exercício de 2020:

<b>Clientes</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
PMA	64.003	68
IXM	28.802	31
Outros	674	1
<b>Total</b>	<b>93.479</b>	<b>100</b>

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

### **Derivativos**

São contratados com bancos e instituições financeiras que possuem classificação BBB-, com base na média das principais agências de classificação.

O valor contábil dos ativos financeiros abaixo representa a exposição máxima de crédito na data das demonstrações financeiras:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	102.615	77.353
Contas a receber de clientes	93.479	30.831
Aplicações financeiros	418	<u>4.128</u>
	<u><b>196.512</b></u>	<u><b>112.312</b></u>

### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

Conforme descrito na Nota 1, no início de 2016, a geração de caixa operacional da Companhia foi gravemente afetada, em especial pela diminuição substancial na produção de concentrado de cobre, o principal produto da Companhia, devido ao rompimento de um dique de contenção que causou a inundação de sua mina subterrânea e principal fonte de minério para produção. Por conta desse evento, combinado ao cenário econômico de desvalorização da moeda nacional e da redução do preço de cobre no mercado internacional, a Companhia se viu diante de graves dificuldades econômico-financeiras durante todo o exercício. No entendimento da Administração, com a entrada do novo acionista, e os recursos aportados na Companhia desde então, está sendo possível normalizar suas atividades, bem como garantir o capital de giro necessário para manter suas operações e efetuar os investimentos projetados em seu planejamento estratégico. Sendo assim, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar em operação no futuro previsível; portanto, com base no seu julgamento, chegou à conclusão de que a incerteza remanescente a respeito de sua continuidade não é substancial. Por fim, a Companhia possui, em seus novos acionistas controladores, eventuais fontes de recursos para manter suas atividades e suporte operacional para retomar os resultados necessários para sua continuidade operacional.

### Exposição ao risco de liquidez

As maturidades contratuais dos passivos financeiros à data das demonstrações financeiras são as seguintes. Estes valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de compensação.

31 de dezembro de 2020	Fluxos de caixa contratuais					
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivados</b>						
Empréstimos e financiamentos	793.133	934.899	196.016	131.011	251.382	356.489
Fornecedores	66.626	66.626	66.626	-	-	-
Outras contas a pagar	18.766	18.766	18.766	-	-	-
	<b>878.525</b>	<b>1.020.291</b>	<b>281.408</b>	<b>131.011</b>	<b>251.382</b>	<b>356.489</b>

31 de dezembro de 2019	Fluxos de caixa contratuais					
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivados</b>						
Empréstimos e financiamentos	841.160	1.108.822	140.025	105.786	254.611	608.400
Fornecedores	74.623	87.914	87.914	-	-	-
Outras contas a pagar	19.866	19.866	19.866	-	-	-
	<b>935.649</b>	<b>1.216.602</b>	<b>247.805</b>	<b>105.786</b>	<b>254.611</b>	<b>608.400</b>

### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

### *Risco de variação cambial*

Como parte de sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos cotados em dólares norte-americanos e ao ajuste das operações de empréstimos e financiamentos que também estão indexados à variação cambial. Com o objetivo de minimizar os descasamentos de moedas, a Companhia monitora suas projeções de fluxo de caixa considerando as expectativas de vendas futuras indexadas à variação do dólar norte-americano em relação à necessidade de caixa para liquidar os financiamentos existentes.

### **Análise de sensibilidade**

A administração utilizou dois cenários estimados para a variação da do dólar, possível e remoto. O cenário provável refere-se a exposição com o dólar calculado a base de R\$ 5,1967. Os cenários possível e remoto, consideram variações de 10% e 20%, respectivamente, e teriam aumentado (reduzido) seu patrimônio líquido e o resultado de acordo com os valores apresentados.

	Em R\$ mil		
	Cenário provável	Cenário 10% Cenário Variação	Cenário 20% Cenário Variação
<b>Exposição à alta do USD 31 de dezembro de 2020</b>			
Contas a Receber	28.802	31.682	38.018
Swap Cambial	1.789	1.967	2.146
Empréstimos	726.534	799.188	871.841
<b>Exposição líquida</b>	<b>757.125</b>	<b>832.837</b>	<b>912.005</b>

*Risco de taxa de juro*

A Companhia possui operações pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre os financiamentos e as operações de swap. A Administração adota uma política de garantir que parte de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja reduzida a partir da composição de outras fontes de captação com taxas pré-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros da Companhia foram pagos por seus próprios juros, como segue:

	Valor Contábil	
	2020	2019
<b>Passivos financeiros expostos à taxa de juro</b>		
CDI	36.305	39.686
Prefixado	30.294	22.512
	<b>66.599</b>	<b>62.198</b>

A exposição da Companhia ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2020 era equivalente a 54,51% (64,66% em 31 de dezembro de 2019) de seu endividamento total. Considerando o valor de exposição ao CDI atualmente no balanço, a Companhia estima que não haveria impactos significativos em caso de modificações na taxa de juros.

*Risco de commodities*

Os contratos para a venda de produtos com liquidação futura têm o seu preço definido mediante curvas de rendimento a termo para o cobre. Normalmente, essas curvas são obtidas nas bolsas de valores em que o produto é negociado, neste caso, na London Metals Exchange (Bolsa de Metais de Londres - "LME").

Esses instrumentos financeiros são monitorados com frequência mensal, permitindo que os resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa sejam acompanhados.

**(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

As operações de derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2020, não foram contratadas operações de hedge de risco de commodities, utilizando operações de swap como hedge de riscos cambiais e de juros.



*Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia manteve operações de swap utilizadas como hedge de risco cambial vinculadas a compromissos contratuais de empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira da Companhia descritos na nota explicativa nº 19. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

### 33 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, através de apólice com diferentes cláusulas de cobertura para diferentes riscos, bem como apólice de seguro separada para equipamentos, que oferece cobertura para perda ou reparo dos equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos, passivos e outros riscos cobertos por seguros e os valores são os seguintes:

	<u>Valor segurado (Em reais)</u>	
	2020	2019
Riscos Nomeados - Matriz, Oxidado e Surubim	R\$ 600.000	R\$ 600.000
Responsabilidade civil dos administradores (D&O)	R\$ 20.000	R\$ 20.000
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 20.000	R\$ 100.768
Responsabilidade Civil Geral - 1º e 2º Risco	-	R\$ 97.200

A Companhia dispõe ainda de seguros de vida em Companhia para os seus colaboradores correspondentes a 30 meses de remuneração por morte natural ou a 60 meses de remuneração em caso de acidente.

### 34 Eventos subsequentes

#### **Operação Mina de Surubim**

A MCSA por meio de investimentos em pesquisas ao longo dos últimos 3 anos, identificou um potencial de minério na antiga cava de Surubim (exaurida em 2017) e com bases nos dados finais de geologia, planejamento e aliado ao aumento significativo do preço do cobre, decidiu autorizar o início do projeto, com a remoção e decapeamento do estéril. A operação deve iniciar a produção de cobre no 2º. Semestre e a perspectiva é produzir cerca de 35,5 mil toneladas de cobre contido ao longo dos próximos 6 anos de operação.

\* \* \*

Eduardo De Come  
Diretor Financeiro  
CPF 073.445.828-21

*Wagner X José Oliveira Pinheiro*

Wagner Pinheiro  
Contador  
CRC-RJ 111105/-O-5